

**A ESCRAVIDÃO E AS MUDANÇAS CULTURAIS NA FORMAÇÃO DO  
SUBÚRBIO CARIOCA**

Mayara Ferreira Machado e Natália Cabral dos Santos  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO  
mayaramunoz@yahoo.com.br  
natics89@gmail.com

Dentro de uma perspectiva maior de investigação do processo de formação do subúrbio do Rio de Janeiro, a pesquisa procura relacionar o quanto o processo de abolição da escravatura contribuiu para a urbanização desse espaço, bem como as mudanças culturais decorrentes desse processo. Primeiramente, é preciso ressaltar o caráter inicial da pesquisa como um todo. Começamos há apenas três meses e, como previsto no cronograma inicial, ainda estamos na fase de leitura, levantamento e coleta de dados das fontes secundárias. Portanto, como o tema ainda foi pouco abordado, temos a princípio algumas hipóteses ou suspeitas do que foi feito dos ex-escravos quando seus senhores não tinham mais que se preocupar com eles e como eles se rearticularam em termos culturais.

A partir do ponto de vista de que os ex-escravos, que antes viviam com seus senhores, com a abolição passaram a ter que procurar suas próprias moradias, a intenção aqui é descobrir a possibilidade de uma parte deles ter permanecido nos subúrbios, onde é sabida a existência de inúmeras fazendas, nas quais tanto proprietários quanto seus arrendatários se utilizavam do trabalho escravo nas lavouras. Talvez isso tenha provocado um lento processo de urbanização, ainda que incipiente, na medida em que ex-escravos acabariam se empregando em atividades urbanas, pois não havia terras disponíveis para se estabelecerem e manterem suas atividades rurais. Assim, investigamos a possibilidade de que esses escravos tenham garantido sua subsistência vendendo ou trocando sua força de trabalho, passando a trabalhar para arrendatários, ou proprietários de terras, e permanecendo no subúrbio.

Num outro viés, é também do conhecimento de todos que se aprofundam um pouco no tema da escravidão e sua abolição, que muitos escravos já habitavam os cortiços antes mesmo da abolição. Na linguagem da época, viviam sobre si, independentes de seus senhores, devendo apenas entregar-lhes um valor estipulado em dinheiro ao final de um tempo determinado. Este tema é profundamente abordado por diversos autores que demonstram inclusive a identificação dos cortiços como fonte de resistência, na medida em que eram usados como ponto de partida para uma fuga futura, a partir de um primeiro passo, onde o escravo conseguia viver afastado de seus senhores. Viver sobre si também garantia ao escravo um tempo livre para conseguir algum dinheiro a mais e comprar sua liberdade.

Consistindo os cortiços como foco de memória da escravidão, além de reduto de pestes e vícios, segundo Chalhoub<sup>1</sup>, acabaram por ser sistematicamente perseguidos pelo poder público. Havia a necessidade, não só de afastar as classes perigosas do centro financeiro da metrópole, mas também de afastar essa memória da escravidão, incompatível com a nova mentalidade capitalista que florescia. Assim, com a derrubada dessas moradias, no contexto das reformas urbanas implementadas por Pereira Passos, muitos deles constituíram suas novas casas nas favelas. Porém, há fortes indícios de que uma parte significativa tenha rumado para os subúrbios, em busca de menores gastos com moradia. Maurício de Abreu<sup>2</sup> já levanta essa hipótese, considerando que os trens garantiriam uma certa mobilidade entre os locais de moradia de seus habitantes e a área central, onde a grande maioria trabalhava.

Um aspecto de extrema relevância para a pesquisa consiste na questão dos discursos higienistas, os quais contribuíram fortemente para o deslocamento de escravos para o subúrbio. De acordo com a terminologia da época, as classes baixas eram consideradas classes perigosas. Como portadoras de vícios insolucionáveis, por fazerem parte de sua natureza, deveriam ser afastadas. Tal concepção encontra-se muito presente em diversos debates parlamentares ocorridos à época das reformas do início do século XX.

Entretanto, analisando o que está por trás desse conceito, ou seja, o contexto histórico em que ele foi adotado no Brasil, percebe-se que, desde o início, os negros se tornaram os suspeitos preferenciais. Quando os deputados discutiam a repressão à ociosidade, decorrente da própria abolição, a principal dificuldade era imaginar como seria possível garantir a organização do mundo do trabalho sem que se recorresse às políticas de domínio características do cativo. Na escravidão, a responsabilidade de

manter o trabalhador atrelado à produção caberia ao senhor proprietário individualmente, o qual se utilizava de uma combinação entre coerção explícita e medidas de proteção paternalistas. Com o fim desse sistema, como garantir que os negros continuassem a se sujeitar ao trabalho para que houvesse a continuidade da acumulação de riquezas de seus senhores, agora patrões? A primeira forma que se encontrou de garantir isso foi a teoria da suspeição generalizada, que se constitui na essência da expressão “classes perigosas”. Tal teoria embasava uma estratégia de repressão contínua fora dos limites da unidade produtiva. De acordo com Sidney Chalhoub: “Se não era mais viável acorrentar o produtor ao local de trabalho, ainda restava amputar-lhe a possibilidade de não estar regularmente naquele lugar.”<sup>3</sup>

Outra característica permanente das ditas classes perigosas, consistia na presença marcante dos vícios. De acordo com a mentalidade da época, o caráter dos indivíduos egressos do cativeiro estava irremediavelmente marcado de forma negativa. As condições de vida no cativeiro seriam as responsáveis pelo suposto despreparo dos ex-escravos para a vida em liberdade. Se os defeitos dos negros eram tidos como insuperáveis, eles se constituiriam, dessa forma, em membros permanentes das classes perigosas, cabendo ao Estado o dever de controlá-los e reprimi-los, para que tais vícios não resultassem na desagregação da sociedade como um todo.

Se os cortiços eram vistos como reduto dos negros e da memória da escravidão e os negros eram considerados elementos de permanente periculosidade, constitui um silogismo básico o fato de os cortiços serem considerados um antro de suspeitos. Assim, a perseguição aos cortiços estaria inserida num contexto mais amplo de perseguição a essas referidas classes, numa clara intensão de afastá-las do centro administrativo, político e de negócios, para que seus vícios não atrapalhassem o bom andamento da cidade.

Tudo isto estava inserido num contexto ainda mais amplo de formação do capitalismo no Brasil, onde o negro consistia na memória viva de um sistema retrógrado que teria vigorado até bem pouco tempo. Para a elite, detentora do poder, era preciso afastar essa memória escravista para que a cidade pudesse finalmente se modernizar, não só na estrutura, mas também nas feições. Em outras palavras, era preciso branquear o centro da cidade, para que esta fosse vista como uma capital desenvolvida.

Assim, consideramos nessa pesquisa que o grande impulso para a urbanização do subúrbio foram as reformas urbanas e o deslocamento forçado de ex-escravos e outros indivíduos pobres, entre outros fatores, deslocando o foco da origem do subúrbio como

tendo sido causado pelos trens para dedicar maior atenção ao papel das reformas nesse processo. Os ex-escravos e pobres livres teriam ido para lá em decorrência da impossibilidade de residirem no centro, não porque havia os trens. Jaime Benchimol aponta que a expansão dos subúrbios começou de fato na primeira década do século XX, com as reformas urbanas<sup>4</sup>. Numa outra perspectiva, Maurício de Abreu indica que a definição pelo poder público das áreas que seriam abarcadas pelos diferentes tipos de meios de transporte público, trens para o subúrbio e bondes para a zona sul, caracterizavam o tipo de contingente populacional que se queria deslocar para as referidas áreas<sup>5</sup>. Ainda que os custos das passagens de trem fossem elevados para a classe trabalhadora, ainda eram mais baratos que os bondes, transporte preferencialmente usado pelas classes médias. Assim, configura-se uma hipótese de que o Estado intencionalmente desejava empurrar essa população para as zonas periféricas da cidade, com pouca ou nenhuma infra-estrutura, tampouco com possibilidades de que investimentos fossem feitos na área. Inclusive, algumas fontes citam um barateamento do preço das passagens de trem, bem como um aumento no número de linhas, patrocinado pelo Estado, o que revela uma certa intencionalidade nesse deslocamento.

Entretanto, essa perspectiva apresenta inúmeras dificuldades de trabalho, não só pela carência de fontes, mas também pelo fato de que a concepção do papel dos trens como impulsionadores da região encontra-se profundamente cristalizada na historiografia de então, havendo muita resistência com qualquer tentativa de mudança no foco. Muitos autores já chegaram a levantar essa possibilidade, mas nenhum foi muito além disso. Nessa pesquisa, consideramos que as ferrovias tiveram um papel não principal, mas direcionador da ocupação dos subúrbios cariocas, sendo inicialmente uma ocupação linear mais concentrada ao redor das ferrovias e depois se irradiando.

O subúrbio, que sempre foi uma região esquecida pela administração pública, tinha seus problemas intensificados diante da explosão demográfica que ocorria. A construção livre foi proibida com a Reforma Passos e a especulação das terras “corria solta”, dificultando ainda mais o acesso a moradia. Enquanto isso, o Centro e a Zona Sul recebiam inúmeros investimentos, à custa também dos impostos pagos pelos suburbanos.

Para caracterizar a vida dos moradores desse subúrbio que se formou, será utilizado o olhar do escritor Lima Barreto, nesse aspecto, contido em muitas de suas obras literárias. Mas para compreender melhor sua visão é preciso conhecê-lo, pelo menos um pouco, antes de qualquer coisa. Afonso Henriques de Lima Barreto era um

mulato que nasceu na última década do Império, filho de família humilde e órfão de mãe desde pequeno junto a seus três irmãos. Seu pai enlouqueceu quando tinha vinte e um anos, fazendo com que ele ficasse responsável por toda a família, incluindo a cônjuge do pai, os três filhos que tiveram e mais um agregado. Lima Barreto presenciou acontecimentos como a abolição da escravidão e a Revolta da Armada em sua infância, os quais levou consigo por toda sua vida. Teve os estudos inicialmente custeados por seu padrinho e mais tarde, desistindo de ser doutor, se torna funcionário público para poder sustentar a família em 1903. Já em 1907, funda a revista *Foreal* que pára na quarta edição. O escritor via a literatura como um instrumento que deveria estar ligado ao mundo real da sociedade. Ele penetrava na sua contemporaneidade, nas questões de seu tempo, sejam elas sociais, políticas ou econômicas.

Em “O Triste Fim de Policarpo Quaresma”, Lima Barreto dá uma visão geral do subúrbio que, segundo ele, possuía “casas de todos os gostos e construídas de todas as formas”<sup>6</sup>, ruas calçadas e outras de mesma importância, não. Misturavam-se mulheres elegantes, operários, mulheres de chita. Havia casas de cômodos em que se amontoavam várias famílias e os chefes delas muitas vezes não tinham dinheiro nem para o trem.

Em “Clara dos Anjos”, descreve o subúrbio como local pobre e abandonado pelos poderes públicos. Desde o início da manhã as pessoas saem em direção à estação de trem mais próxima para irem para seus trabalhos. Nota que “o subúrbio é refúgio dos infelizes”<sup>7</sup>, dos que se viram em más condições financeiras. Descreve, também, a super lotação dos vagões dos trens, e as pessoas que moram nas ruas mais afastadas das linhas férreas, que aproveitavam a grama e o capim das ruas para seus animais. Ruas que ficam cheias desses animais: galinhas, patos, marrecos, porcos, carneiros... Os moradores pobres, segundo Lima Barreto, não conseguem se suportar, sendo tudo motivo para brigas, principalmente as mulheres, cuja vaidade e despeito seriam os motivos. Mas se alguma moléstia acometesse a alguém, logo vinha a vizinha para ajudar com seus remédios homeopáticos.

Lima Barreto narra também sobre os enterros dessa gente, em que os caixões são levados ao cemitério a pé. Nos enterros de crianças, jovens moças carregavam o caixão e nos delas outras com a mesma idade tinham esse papel. Vestiam-se com roupas que iriam para bailes ou mafuá – barracas que vendiam de tudo, montadas em benefício de obras ou construções de Igreja. Funcionavam aos domingos e era uma das festas realizadas nos subúrbios. Nos enterros de adultos, outros adultos levavam o falecido,

mas vestiam-se com roupas escuras de preferência. E de venda em venda tomavam uma dose de cachaça como forma de homenagear o ente querido.

Barreto identifica uma alta sociedade suburbana, também em “O Triste Fim de Policarpo Quaresma”, mas que era alta apenas em comparação com os outros moradores do subúrbio, composta geralmente por funcionários públicos, pequenos comerciantes, médicos e tenentes de milícias. Ele conta que “o orgulho da aristocracia suburbana está em ter todo dia jantar e almoço”<sup>8</sup>. Em “Clara dos Anjos”, ainda se referindo a essas pessoas com maiores finanças, via a figura dos homens elegantes que ficavam nas esquinas e calçadas exibindo-se com suas bengalas, anéis e relógios.

Na obra “Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá”, Lima Barreto expõe o número significativo de mulheres que utilizavam os trens carregando seus livros, violinos e rolos de música se dirigindo à alguma escola em um diálogo entre dois homens em uma estação férrea. Ao longo da conversa, estes personagens do romance concluem que, ao se casarem, aquelas mulheres esqueceriam todas aquelas ocupações e se dedicariam apenas à família e à criação dos filhos.

Há também a figura do “malandro do subúrbio”, descrito em “Quase que ela deu o ‘sim’, mas...Contos” que está em “Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá”<sup>9</sup>. Malandro este que se aproveitava da bondade dos outros para viver, sem querer trabalhar. Vivia sem ter ambições e tensões, mesmo porque era da amizade alheia que provinha seu alimento. Como se não bastasse, aproveitava as tardes para o lazer e jogar futebol com os amigos.

Retornando ao romance “Clara dos Anjos”, nos conta daqueles que tinham como profissão o furto nos trens através do personagem chamado Arnaldo. Furtavam-se desde chapéus, bengalas, embrulhos dos outros passageiros até mesmo alimentos. Sendo alguns itens vendidos posteriormente para o sustento da família.

Como podemos perceber, as obras de Lima Barreto são ricas em relação aos detalhes que nos revelam sobre o cotidiano e os hábitos dos suburbanos cariocas. Inicialmente nossa pesquisa está analisando também essas obras do autor para tentar descobrir mais sobre a cultura desses cidadãos. E o que foi apresentado aqui é apenas alguns dos exemplos que já temos em mãos para demonstrar isso.

NOTAS:

- 
- 1 CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril:** cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 26
  - 2 ABREU, Maurício de Almeida. **O Rio de Janeiro no século XIX:** Da Cidade Colonial à Cidade Capitalista. In: **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: INPLANRIO/ ZAHAR, 1987. P.63-66
  - 3 CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril:** cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 24
  - 4 BENCHIMOL, Jaime. **Pereira Passos: um Haussmann Tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992. p. 262.
  - 5 ABREU, Maurício de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1987. p. 43.
  - 6 SANTOS, Affonso Carlos Marques dos. **O Rio de Janeiro de Lima Barreto**. Vol. I. Rio de Janeiro, RIOARTE, 1983. p. 150.
  - 7 SANTOS, Affonso Carlos Marques dos. **O Rio de Janeiro de Lima Barreto**. Vol. I. Rio de Janeiro, RIOARTE, 1983. p. 153.
  - 8 SANTOS, Affonso Carlos Marques dos. **O Rio de Janeiro de Lima Barreto**. Vol. I. Rio de Janeiro, RIOARTE, 1983. p. 167.
  - 9 SANTOS, Affonso Carlos Marques dos. **O Rio de Janeiro de Lima Barreto**. Vol. I. Rio de Janeiro, RIOARTE, 1983. p. 340.

### **Bibliografia:**

- ABREU, Maurício de Almeida. **A Periferia de Ontem:** O Processo de Construção do Espaço Suburbano do Rio de Janeiro (1870-1930). Espaço e Debates, Nº 21-1987. SP: USP. P.12-38.
- ABREU, Maurício de Almeida. **O Rio de Janeiro no século XIX:** Da Cidade Colonial à Cidade Capitalista. In: **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: INPLANRIO/ ZAHAR, 1987.
- BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- BENCHIMOL, Jaime. **Pereira Passos: um Haussmann Tropical**. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril:** cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

---

FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávios dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. **Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX.** São Paulo: Alameda, 2006.

FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. **Fontes para a História Urbana.** In: **Memórias da I Semana de História – UNESP.** São Paulo: Franca, 1979.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca.** Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **Cidade e Cultura Urbana na Primeira República.** São Paulo: Atual, 2001.

NOVACK, George. **La Ley del Desarrollo Desigual y Combinado.** Arrigue, Ediciones Pluma, 1973

SANTOS, Affonso Carlos Marques dos. **O Rio de Janeiro de Lima Barreto.** Vol. I e II. Rio de Janeiro, RIOARTE, 1983.